Fevereiro/Março de 2018 • ANO XVIII – Nº 165

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO alepe.pe.gov.br

A nova Região Metropolitana do Recife

Município de Goiana passa a fazer parte da RMR, que deverá ter gestão mais integrada a partir de lei sancionada no início do ano.

Págs. 4 e 5

Balanço do Legislativo

Alepe contabilizou 264 reuniões realizadas e 468 proposições aprovadas em 2017.

Pág. 3

Orçamento estadual

A origem e o fim do dinheiro que custeia os serviços públicos em Pernambuco

Pág. 6

Material escolar

Lei que garante devolução de itens não usados ao longo do ano já está valendo.

Pág. 7

Mulher na política

A batalha pelo equilíbrio entre os gêneros nos espaços de poder e decisão.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

Retorno dos trabalhos

A Casa de Joaquim Nabuco retomou as atividades legislativas em fevereiro com a instalação da última Sessão Ordinária da 18ª Legislatura. Em pronunciamento, o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), salientou "o protagonismo do Poder Legislativo nas conquistas sociais de Pernambuco neste período de mudanças econômicas e políticas nacionais". Também falaram os líderes do Governo, Isaltino Nascimento (PSB), e da Oposição, Sílvio Costa Filho (PRB). A leitura da mensagem do governador Paulo Câmara foi feita pelo secretário da Casa Civil, Nilton Mota.

ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

Defesa dos bancos públicos

Diante de anúncios de desestatização de instituições federais, a Alepe instalou, em 12 de dezembro, a Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos, com foco nas atividades do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Representantes do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PE) participaram da primeira reunião do colegiado.

Lei Anticorrupção

Sancionada pelo governador em janeiro, a Lei nº 16.309/2018 é fruto dos trabalhos desenvolvidos desde 2016 por Comissão Especial instalada na Alepe. A nova norma trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, fortalecendo os meios de combater fraudes em licitações e contratos.

EM FOCO

Mulheres nas urnas

"As mulheres não devem exercer o julgamento em assuntos políticos. Se as deixarmos votarem, será uma perda da estrutura social". A frase, retirada do filme *As Sufragistas* (2015), revela um pensamento que predominou até o século 19, quando o direito da mulher ao voto começou a ser reivindicado em vários países. No caso desse longa-metragem dirigido por Sarah Gavron, trata-se da história de luta do Movimento Sufragista britânico, que teve origem na urbanização e industrialização. Num contexto em que as mulheres eram completamente apartadas da política, o roteiro traz o cenário de opressão pelos homens e do despertar delas para os direitos então negados.

Fique Sabendo

No Brasil, as mulheres puderam ir às urnas somente em 1932, a partir do Decreto Federal nº 21.076, assinado por Getúlio Vargas. Confira o trailer oficial do filme *As Sufragistas*:

VOCÊ NA ALEPE

"Nós, como professores em formação, não iremos nos calar diante dessa afronta à educação brasileira."

Tomás Porfírio

Estudante do quarto período de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, durante audiência pública da Comissão de Educação, em 13 de dezembro de 2017, para repudiar proposta de revogação do título de Patrono da Educação Brasileira conferido ao pedagogo pernambucano Paulo Freire.

"O convênio para inserção dos decretos do Poder Executivo no Alepe Legis foi um grande avanço. Era uma necessidade da população."

Sabine Alves

Gestora de apoio responsável pela equipe do site Alepe Legis (legis.alepe.pe.gov.br) na Procuradoria Geral do Estado, que participou, no último dia 14 de dezembro, do Grande Expediente Especial para apresentação do novo sistema de consulta a leis, resoluções, decretos e atos administrativos editados em Pernambuco.

"Viemos denunciar os fracassos da política pública de segurança e as falhas nas investigações."

Tainá Peixoto

Integrante do Movimento Feminino Popular (MFP-PE), em debate promovido pela Comissão de Cidadania, em 2 de fevereiro de 2018, para discutir o feminicídio e as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. A discussão foi motivada pelo assassinato da estudante Remís Carla da Costa no final de 2017.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.

alepeoficial assembleiape fotoalepe

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

EXPEDIENTE: **Mesa Diretora: Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Helena Alencar. **Editores:** Helena Alencar e Gabriela Bezerra. **Revisão:** Cláudia Lucena, Fellipe Marques e Margot Dourado. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro, Luciano Galvão Filho, Marcos Miguel e Amanda Silva (estagiária). **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega e Kerol Correia (estagiária). **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183-2211. E-mail:** ***scom@alepe.pe.gov.br***

BALANÇO

Poder Legislativo apresenta números de 2017

Parlamentares realizaram 264 reuniões e aprovaram 468 proposições ao longo do ano

SABRINA NÓBREGA/ARQUIVO ALEPE

Entrega da nova sede do Poder Legislativo – o Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar – foi um dos destaques da Sessão Legislativa

O bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817 e as discussões sobre a Reforma da Previdência foram os dois grandes temas abordados pelo Parlamento Estadual ao longo de 2017. No ano passado, que correspondeu à terceira Sessão Legislativa da 18º Legislatura, foram realizadas 264 reuniões, aprovadas 468 proposições e apresentadas outras 668 matérias.

"Encerramos 2017 com a sensação de dever cumprido e uma lista de realizações. Agradeço a contribuição de todos nessa jornada", declarou o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), na última Reunião Plenária do ano. A entrega da nova sede do Poder Legislativo, o Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, foi citada como um dos destaques.

A aprovação do projeto de reforma da antiga sede, o Palácio Joaquim Nabuco, pela Lei Rouanet, com patrocínio do Banco Santander, foi outra ação elencada pelo primeiro-secretário da Casa, deputado Diogo Moraes (PSB). "Um grande museu do Legislativo Estadual será entregue à população, um importante resgate da memória do povo pernambucano", ressaltou.

Uchoa frisou, ainda, os debates sobre os temas demandados pela sociedade que reverberaram na Alepe em 2017, como a necessidade de mais políticas públicas para pessoas com deficiência e de uma lei estadual para coibir ações de corrupção. Esta última foi acatada pelos deputados e sancionada pelo governador Paulo Câmara no começo de 2018.

A fim de garantir as discussões e propor encaminhamentos sobre diversos assuntos, a Casa instalou nove Frentes Parlamentares e seis Comissões Especiais no ano passado. A desestatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) pelo Governo Federal, a defesa da permanência de todas as atividades da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) em Pernambuco e a necessidade de uma legislação para garantir os direitos das pessoas com câncer foram alguns dos temas contemplados.

"Fora do âmbito desses colegiados de caráter temporário, discutimos, no decorrer de audiências públicas e Reuniões Plenárias, assuntos de igual importância, como a questão da segurança pública e da educação", ressaltou Uchoa. Entre os projetos de iniciativa parlamentar aprovados, o presidente salientou a Lei Estadual nº 16.040/2017, que regulamenta o funcionamento dos *food trucks*, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, proteger o consumidor e garantir o atendimento a regras ambientais e de trânsito.

O envolvimento da Assembleia Legislativa em causas sociais também foi lembrado. Em maio, a Casa organizou a coleta de donativos para as vítimas das enchentes na Mata Sul, colaborando com a doação de 600 cestas básicas. Já em outubro, participou da campanha "Doe Lenços", realizada pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) em prol de pessoas com câncer de mama. A parceria com o Governo Estadual e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, em novembro, na campanha "Adote: adotar é deixar alguém te amar" é exemplo de outra iniciativa.

Diogo Moraes citou, ainda, a promulgação da Lei nº 16.241/2017, que consolida as datas comemorativas e festividades históricas, culturais e religiosas do Estado. "Finalizamos um ano de muito trabalho, que resultou em ações importantes para a Assembleia e a população. Ainda temos muito por fazer, 2018 será um ano para realizarmos novos projetos e investimentos."

GRANDE RECIFE

Novo arranjo, antigos desafios

Ingresso de Goiana acrescenta 79 mil habitantes e reforça necessidade de gestão compartilhada entre os municípios da RMR

Gabriela Bezerra

FOTO: JOÃO BITA/ARQUIVO ALEPE

Inaugurada em 2015, a fábrica da Jeep/Fiat é uma das indústrias instaladas em Goiana

Estudante de Engenharia Elétrica, Jaqueline Martins mora em Goiana e conhece bem o caminho até a Capital. Todos os dias, ela cruza a parte norte da Região Metropolitana do Recife (RMR) para ter acesso à faculdade. A volta para casa é o que mais a incomoda: como o trajeto só conta com uma linha de ônibus, depender do transporte público tornou-se inviável.

A situação é compartilhada com outros estudantes que dividem espaço com ela numa van diariamente. Pelo transporte particular, cada um desembolsa R$ 220 por mês. O ingresso de Goiana na RMR trouxe boas perspectivas para o grupo. "Ficamos animados com a notícia, porque deve trazer mais desenvolvimento para o município, inclusive mais linhas de ônibus", destacou a jovem.

Contrariando essa expectativa, porém, está um levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no ano passado. A demora nos deslocamentos foi um dos quesitos do estudo que apontou o Grande Recife como a região metropolitana de maior vulnerabilidade social do País.

"Não tem ônibus direto do Recife para Abreu e Lima. Levo, aproximadamente, duas horas e meia passando por duas integrações", criticou Lucas Marcelino. A rotina do técnico em eletromecânica inclui um percurso por quatro municípios da RMR: morador de Abreu e Lima, ele trabalha na fábrica da Jeep/Fiat, em Goiana, e está no terceiro ano da faculdade que cursa no Recife. A quarta cidade do trajeto é Paulista, aonde precisa ir só para trocar de ônibus no terminal de integração.

A inclusão de Goiana não constava na proposta original de adaptação da RMR ao que preconiza o Estatuto da Metrópole. O projeto apresentado à Alepe foi elaborado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas (Condepe/Fidem), órgão do Poder Executivo responsável pelos estudos para construção do novo modelo de região metropolitana. A incorporação da cidade da Mata Norte está na Lei Complementar nº 382/2018, sancionada pelo governador Paulo Câmara em 10 de janeiro, a partir de emenda modificativa do deputado Ricardo Costa (MDB), acatada pelo Plenário da Assembleia no fim de 2017.

Prefeito de Goiana em exercício, Eduardo Honório comemorou a notícia. Também garantiu que o problema de mobilidade do município já está sendo estudado, com a implementação de mais linhas para fazer o trajeto até o Recife. Citou, ainda, a possibilidade de uma malha metroviária para Goiana. "A cidade está sendo preparada para o futuro. Não podemos mais esperar", frisou.

Nem toda a população goianense enxerga vantagens. Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Cíntia Lima avalia que "faltou clareza". "Foi tudo muito rápido. Em menos de um mês, a possibilidade de inclusão já virou lei", argumentou, observando que o processo e os benefícios para os cidadãos de Goiana deveriam ter sido explicados.

"Diante disso, não posso nem me colocar contra ou a favor. Vamos ter que aguardar para medir os resultados", declarou. Cíntia também observa com desconfiança o modelo de gestão compartilhada entre os municípios da RMR, previsto na nova legislação: "A princípio, vejo que vamos ter pessoas de fora da cidade nas reuniões para decidir o futuro de Goiana".

Na avaliação do prefeito, "a mudança para a Região Metropolitana trará benefícios em todos os aspectos". Elencou o turismo, já que o município conta com extensa faixa de praia, e a segurança como algumas das áreas que têm a ganhar. "Tudo o que for implementado para combater a violência no Recife deverá ser aplicado em Goiana também, porque agora fazemos parte do mesmo grupo", salientou.

A facilidade para participar de programas nacionais de crédito foi outro ponto levantado por Honório: "A agência da Caixa Econômica aonde íamos para tratar dos assuntos da cidade fica em Caruaru (Agreste). Com o acesso ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, vamos direto ao Recife, muito mais perto".

De acordo com a Condepe/Fidem, à época das pesquisas para elaboração do projeto, "não foi pensado, nem feitos estudos, a respeito da inclusão de novos municípios, pois esse assunto poderia ser alvo de discussões pós-implantação da governança metropolitana". Apesar disso, o presidente da agência, Bruno Lisboa, considera que o ingresso de Goiana é positivo para a RMR.

Responsável por quase metade da população do Estado e aglutinadora de 63% do PIB pernambucano, a Região Metropolitana do Recife foi criada na década de 1970 e contava, à época, com apenas nove municípios. A inclusão de Goiana leva mais 79 mil habitantes ao conglomerado. Com um PIB absoluto de R$ 3,8 bilhões (2015), a cidade da Mata Norte tem como principal atividade econômica a indústria, de onde advém um terço desse valor.

TRAMITAÇÃO

Apresentada pelo deputado Ricardo Costa, a Emenda Modificativa nº 1 também defendeu a incorporação de Escada e Vitória de Santo Antão (ambas na Mata Sul) à RMR, o que foi refutado. A justificativa estaria na evidência de movimento de conurbação (quando os limites entre cidades desaparecem) e na existência de integração socioeconômica, socioambiental e de serviços nos municípios. Mesmo o ingresso de Goiana foi acatado pelo Plenário sem unanimidade. Quatro votos contrários à proposta foram registrados – dos deputados Aluísio Lessa e Isaltino Nascimento (ambos do PSB), Edilson Silva (PSOL) e Terezinha Nunes (PSDB).

A possibilidade de Goiana perder incentivos fiscais do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), maiores para cidades que não integram a RMR, foi levantada pelos parlamentares do PSB na ocasião. "Apesar de mais distante do Porto de Suape, a Jeep/Fiat foi para Goiana porque a localidade tem maior isenção do Prodepe, 10% a mais do que o Cabo de Santo Agostinho", argumentou Isaltino. Somente em 2017, a empresa transportou, via Porto de Suape, mais de 65 mil veículos com foco em exportação.

Já Aluísio Lessa criticou a ausência de um debate amplo sobre o tema com os cidadãos do município: "A decisão deve vir de um instrumento mais democrático do que apenas o desejo de quem está no mandato de vereador ou prefeito".

Ricardo Costa ressaltou que "o Prodepe já prevê para os setores de automobilismo e de farmacoquímicos o mesmo percentual de benefício concedido a indústrias instaladas fora da Região Metropolitana". Dessa forma, o parlamentar argumentou que os empreendimentos da Jeep/Fiat e da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) contariam, de qualquer modo, com a vantagem. "O que não podemos permitir é a evasão de recursos de Goiana para outras cidades, ou mesmo para a Paraíba, porque as pessoas que trabalham no município não moram lá", declarou.

R$ 3,8 bi

foi o PIB de Goiana em 2015. Um terço desse valor veio da indústria

Uma possível alta no custo do transporte público metropolitano foi pontuada com preocupação por Terezinha Nunes. "Incluir o município sem um estudo pormenorizado da repercussão no valor da passagem pode gerar aumento de tarifa. Como vamos explicar isso depois para a população?", questionou.

Em dezembro, durante reunião extraordinária conjunta das Comissões de Justiça, Finanças, Administração Pública, Negócios Municipais e Cidadania para apreciar o projeto, estiveram presentes 11 dos 15 vereadores de Goiana, assim como o prefeito Eduardo Honório, e todos apoiaram a emenda de Ricardo Costa. "O município tem muito o que agradecer, inclusive porque esse é um pleito antigo", ponderou o gestor municipal.

Leia mais

Gestão de resíduos sólidos e mobilidade preocupam

Reflexões em que haja a prevalência do interesse comum sobre o local devem nortear as decisões adotadas para a Região Metropolitana do Recife a partir da implementação da Lei Complementar nº 382/2018. Exigida pelo Estatuto da Metrópole, a nova norma impõe o desafio de tornar consensual o objetivo de 15 municípios. Entraves como a não adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos e a mobilidade passarão a ser discutidos de forma intermunicipal.

Moradora de São Lourenço da Mata (RMR) desde que nasceu, a assistente administrativa Natália Freitas viu-se "obrigada" a deixar a cidade no início do ano, devido a deslocamentos demorados para o Recife, onde trabalha. O trajeto total chegava a quase cinco horas diárias. Com a mudança para a Capital, consegue ir e voltar do trabalho gastando de 20 a 30 minutos, cada trecho. "Hoje tenho mais opções de ônibus e chego mais cedo em casa. Voltei a fazer exercícios físicos. Antes, era muito cansativo. Perdia tempo e qualidade de vida", concluiu.

O técnico em robótica Airton Rodrigues, que mora em Olinda, também foi afetado pela difícil mobilidade. Após quase quatro anos trabalhando na Jeep/Fiat, em Goiana, as viagens diárias foram um dos motivos para ele deixar o emprego no final de dezembro. "Acordava às 3h30, estava no ônibus da empresa às 4h e chegava à fábrica somente às 5h15, quando ia tomar café da manhã antes de começar a trabalhar, às 6h", contou. A possibilidade de utilizar um transporte comum não existia, porque o ônibus que faz a linha Recife-Goiana, passando pela Rodovia PE-15, tem horário incompatível: "Só conseguiria chegar com duas horas de atraso".

A nova norma traz esperança também para adequar os municípios à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), que prevê a implantação de aterros sanitários em substituição aos lixões. Itapissuma é um dos que comemoram. Diretor de Saneamento da Secretaria de Obras e Infraestrutura da cidade, Renato Fernando Lopes analisou que, com o respaldo da governança interfederativa, a destinação do material ficará mais eficiente. "Atualmente, utilizamos aterro privado em Igarassu. Esperamos reduzir os custos e melhorar a coleta a partir de consórcio com outras prefeituras", explicou, acrescentando também a possibilidade de se unirem para construir um aterro intermunicipal.

Hoje, Itapissuma desembolsa R$ 53 para tratar cada tonelada de lixo, fora o custo do transporte e coleta. Os resíduos sólidos do Recife, inclusive, vão para Jaboatão dos Guararapes.

Ratificando os principais desafios elencados, a secretária de Planejamento de Moreno, Nely Brandão, acrescenta o consenso. "É possível que as prefeituras concorram entre si, quando surgir possibilidade de recursos, o que vai de encontro à ideia de prevalência do interesse comum sobre o local." Ela afirmou que Moreno já busca diálogo com cidades próximas, a exemplo de audiência pública realizada em janeiro para discutir a continuidade das obras da Barragem do Engenho Pereira, na qual estiveram presentes integrantes de outros dois municípios. "Noto que o diálogo é facilitado quando são gestões do mesmo partido ou frente, mas é preciso deixar de lado essas questões políticas e focar no debate sobre ações importantes para os cidadãos", defendeu.

FINANÇAS

Na trilha dos impostos

Do bolso do cidadão ao serviço público, consultor da Alepe explica caminhos do dinheiro gerido pelo Governo do Estado

Edson Alves Jr.

Tributos pagos pelos cidadãos no ano de 2017 financiaram R$ 23,36 bilhões em gastos do Estado. Esse valor representou 85% das receitas correntes – aquelas usadas para custear a manutenção das atividades dos órgãos da Administração Pública, como pagamento de pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo e despesas com água, energia e telefone.

Esses números e percentuais são divulgados periodicamente pelo Poder Executivo por meio de relatórios de gestão fiscal e execução orçamentária apresentados, a cada quatro meses, à Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Os dados, porém, ainda são pouco compreendidos: o cidadão sente o impacto do pagamento de impostos no bolso, mas tem dificuldade para entender a aplicação desse dinheiro na prática.

Por exemplo: é comum que uma pessoa considere, intuitivamente, que o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), por incidir no custo do veículo, tenha destinação específica para manutenção e sinalização de estradas. "Essa ideia, porém, está equivocada, pois esse valor pode ser utilizado para toda e qualquer despesa do Estado, como saúde ou segurança pública", observa Cláudio Alencar, chefe do Núcleo de Orçamento e Economia da Consultoria Legislativa (Consuleg) da Alepe.

Do mesmo modo, a autonomia dos entes governamentais para distribuir o dinheiro entre gastos e investimentos é bem menor do que muitos imaginam. "As despesas obrigatórias chegam a 80% do orçamento, no caso do Governo Federal. Em Pernambuco, representam cerca de 70% do total. Então, na prática, é com relação aos 30% restantes que os três Poderes estaduais tomam as decisões de aplicação", explica o economista.

Em Pernambuco, essa deliberação é feita, em última instância, pelos deputados eleitos para a Assembleia – por mais que, normalmente, haja acordo prévio entre os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Uma vez formatada a Lei Orçamentária Anual (LOA), cada órgão cuidará de utilizar os valores que tem disponíveis no decorrer do ano: é a chamada execução orçamentária. "Se ocorrer necessidade de reforço em determinado programa, o Governo pode solicitar um aumento ou remanejamento de recursos à Alepe", ensina Alencar.

Em âmbito estadual, a maior parte do dinheiro público tem origem em um único tributo: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em Pernambuco, no ano de 2017, essa fonte representou quase 45% dos R$ 26,7 bilhões em receitas. O ICMS está presente em itens cotidianos, como energia elétrica, serviços de comunicação e produtos de varejo em geral.

Outros R$ 8,45 bilhões (32%) vieram de impostos federais que foram transferidos para o Estado. Assim, essas duas fontes de verbas representam, juntas, 77% da receita corrente. "Pernambuco, assim como outros Estados do Nordeste, ainda tem uma grande dependência das transferências da União, tanto as determinadas por lei quanto as que têm origem em convênios", aponta Cláudio Alencar. "Isso gera uma situação em que serviços públicos estaduais acabam sendo oferecidos de maneira restrita, por falta de recursos", complementa o consultor.

Em comparação, São Paulo tem apenas 9% de suas receitas provenientes do Governo Federal e 74% de tributos arrecadados pelo próprio Estado. "Por isso a necessidade de rediscutir o federalismo fiscal, ou seja, como impostos e gastos públicos devem ser divididos entre Estados, municípios e União", ressalta Alencar.

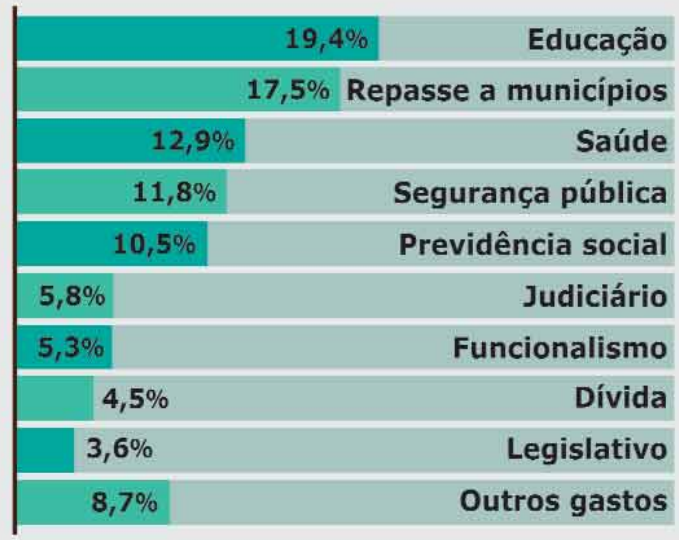
Junto com outros tributos estaduais e federais, os R$ 23 bilhões em despesas de Pernambuco terão destinos diversos (ver infográfico). Desse total, 54,6% estão concentrados em quatro itens: saúde, educação, segurança e previdência dos servidores estaduais. Assim, em uma conta de luz no valor de R$ 100, há R$ 25 correspondentes ao ICMS, dos quais R$ 12,40 serão investidos nessas rubricas.

A Constituição Federal ainda exige a transferência de 25% do ICMS para os municípios. Em Pernambuco, essa distribuição de recursos segue critérios que levam em conta o desempenho socioambiental das prefeituras. Como ocorre com outros impostos, o restante do valor arrecadado vai para uma conta única e não tem um destino determinado – embora existam exigências legais de gastos mínimos em saúde e educação e de repasses para os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como para o Ministério Público.

"Há necessidade de uma participação maior da sociedade na discussão das leis orçamentárias na Assembleia Legislativa. Nessa etapa da tramitação, são realizadas audiências públicas para discutir o Orçamento, e o cidadão pode avaliar a qualidade das despesas efetuadas", considera Alencar. Desde 2015, a Consultoria Legislativa tem publicado boletins em que são feitas análises sobre as propostas orçamentárias e o desempenho fiscal do Governo de Pernambuco. Além disso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) exerce o papel institucional de fiscalizar os gastos do Governo, junto com a Alepe.

TRIBUTOS NA PONTA DO LÁPIS

Como o dinheiro dos impostos foi empregado pelo Governo de Pernambuco em 2017*



NO SEU BOLSO

Em uma conta de luz, 25% correspondem ao ICMS. Desse modo, o cidadão que gastou R$ 100 em energia num mês teria contribuído com os seguintes valores em cada área*:

Fonte: Portal Tome Conta/TCE-PE

ICMS	R$ 25,00
Repasse a municípios	R$ 6,25
Educação	R$ 4,40
Saúde	R$ 2,93
Segurança pública	R$ 2,69
Previdência estadual	R$ 2,38
Judiciário	R$ 1,31
Funcionalismo	R$ 1,22
Dívida	R$ 1,03
Legislativo	R$ 0,82
Outros gastos	R$ 1,98

*A classificação tem finalidade didática e obedece a critérios diferentes dos utilizados nos relatórios fiscais do Governo do Estado.

AGORA É LEI

Material escolar sem desperdício

Lei aprovada pela Alepe em 2017 garante aos pais devolução de itens não utilizados pelos alunos até o fim do ano letivo

FOTO: ARUIVO/ALEPE

Regra também é válida nos casos de pagamento de taxa para adquirir materiais

Amanda Silva

O início do ano traz uma despesa a mais para quem tem filho em idade escolar: a compra dos materiais. Nesse período, instituições particulares de ensino costumam disponibilizar listas com itens a serem adquiridos para uso do estudante. Ao final do ano, no entanto, pais e responsáveis ficam na dúvida se realmente todos os produtos pedidos foram empregados nas atividades didáticas.

Em resposta a esse questionamento, foi aprovada pela Assembleia, em 2017, uma norma que obriga a devolução do material escolar não utilizado. De autoria do deputado Zé Maurício (PP), a Lei Estadual n° 16.162 acrescenta essa exigência à Lei nº 13.852/2009, que estabelece diretrizes gerais sobre o assunto, a partir de iniciativa do ex-deputado Izaías Régis. Zé Maurício apresentou a proposta após ser indagado por pais acerca do direito sobre os itens que o aluno não usou. “A escola tem a opção de devolver o material ou o valor monetário relativo aos utensílios que sobrarem”, esclarece.

Com dois filhos cursando o Ensino Fundamental, Rivaldo Fernandes não descarta a importância de poder acompanhar que materiais realmente foram utilizados pelas crianças. “Essa lei é necessária para que não haja pedidos em excesso. Nós já somos lesados de tantas formas, então o que retorna para gente é de grande importância”, avalia.

Mãe de Sarah, que entrou no Maternal neste ano, Raquel Cunha optou por não adquirir os materiais e pagar a taxa cobrada pela escola para cobrir os itens necessários. "Escolhi essa opção porque, quando olhei a lista, imaginei que comprar sairia muito mais caro, sem falar que também teria o trabalho de pesquisar nas lojas para achar os produtos mais em conta", explica.

A lei obriga a escola a fazer a devolução também nos casos de pagamento da taxa de material, e o prazo é o mesmo para quem comprou os itens: 15 dias úteis, a partir da data de encerramento do calendário letivo. O ressarcimento está assegurado, mesmo se o estudante deixar a instituição, independentemente do motivo.

Gestor do Colégio Dom Helder Camara, em Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana do Recife), Aristeu Moraes considera válida a iniciativa, mas sente falta de leis que protejam também as instituições de ensino. "Deveria ser algo para beneficiar as duas partes”, pontua. “De todo modo, é bom para que as escolas atentem ao que realmente é preciso pedir, evitando a entrega de uma lista abusiva.”

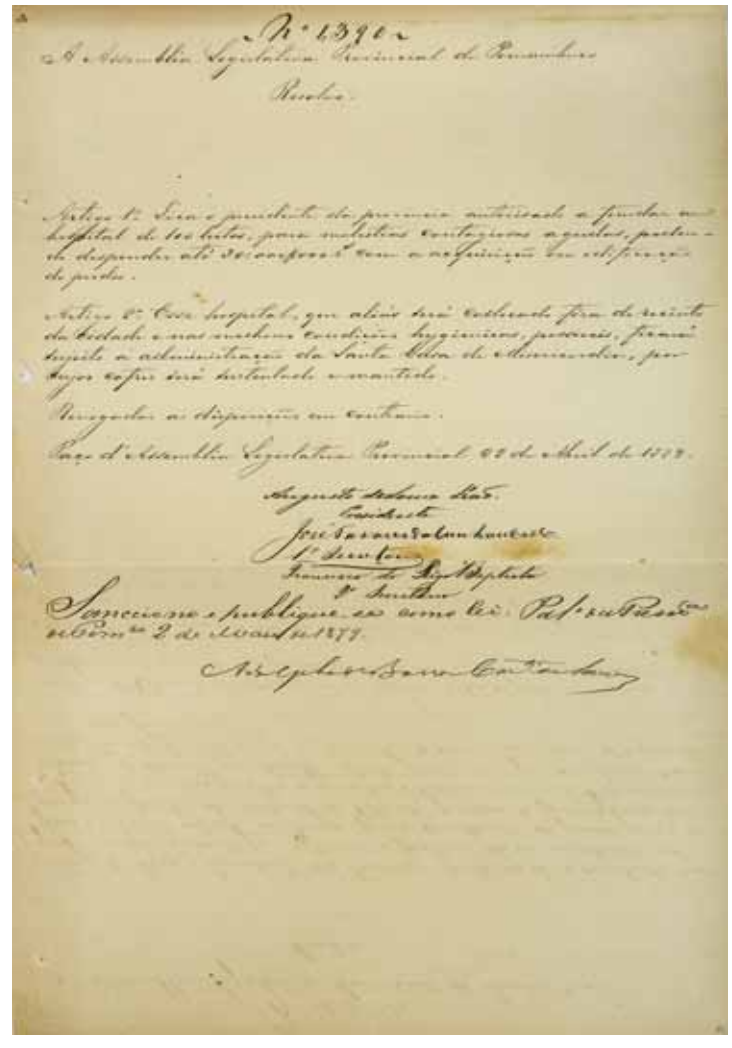
Para situações de descumprimento da lei, ou quando não for possível resolver diretamente com o colégio, os pais podem recorrer de forma administrativa ao Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon/PE). Os estabelecimentos infratores ficarão sujeitos às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

Documento Histórico

Saúde pública em foco no Parlamento Estadual

Desde a criação da Assembleia Provincial, no século 19, questões de saúde são debatidas entre os deputados. Várias eram as demandas da população na época: saneamento básico, formas de enterro, epidemias, pesquisas científicas, bolsas de estudo para cursos de Medicina, desenvolvimento de fármacos e outros. Cientistas, sanitaristas, médicos e representantes do Poder Público se reuniam para alinhar intervenções adequadas às necessidades dos cidadãos.

Uma das ações foi autorizar a fundação de um hospital com cem leitos para moléstias contagiosas e agudas, por meio da Lei nº 1.390, assinada pelo presidente da Assembleia, Augusto de Souza Leão, em 2 de maio de 1879. Na ocasião, foi liberada uma verba para adquirir ou construir a unidade de saúde, que deveria funcionar “fora do recinto da cidade e nas melhores condições higiênicas possíveis”. A administração e o custeio ficariam a cargo da Santa Casa de Misericórdia do Recife.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei nº 1.390, de 2 de maio de 1879. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DIA DA MULHER

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

LAURA GOMES

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

PRISCILA KRAUSE

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

ROBERTA ARRAES

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

SIMONE SANTANA

Pernambuco tem sete deputadas estaduais, dentre 49 vagas. Comissão da Mulher da Alepe tem debatido tema

Representatividade política para elas

Proporção entre gêneros em espaços de poder não chega à metade da verificada no censo populacional

Marcos Miguel

A mulher representa a maioria da população e do eleitorado no Brasil, mas ainda é minoria nos espaços de poder. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 52% da população é formada por mulheres. Nas urnas, elas também estão em maior número: o eleitorado feminino foi superior ao masculino em todos os Estados nas eleições de 2016. A Justiça Eleitoral registra, no País, mais de 75 milhões de mulheres cadastradas – 6,4 milhões a mais que os homens.

Esse predomínio, porém, não é proporcional à representatividade delas na política. Na opinião da secretária estadual da Mulher, Sílvia Cordeiro, uma das razões é o desequilíbrio na competição entre os gêneros: "As mulheres não têm condições objetivas de concorrer em iguais condições com os homens. A elas é dado menos tempo na televisão, na propaganda eleitoral e nos espaços de direção partidária". Apesar de enxergar processo de reversão do quadro, Sílvia considera que ainda está distante do ideal. "A política, como é estruturada em termos da vida partidária, é hegemonizada pelo masculino", vaticina.

Na mesma linha, a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe, deputada Simone Santana (PSB), critica o modelo eleitoral. "Nós temos 35 partidos e só quatro são presididos por mulheres. O próprio sistema político já restringe a participação feminina", argumenta.

Acerca da cota de 30% das vagas das coligações para mulheres, disposta na Lei Federal nº 9.504/1997, a parlamentar avalia que não trouxe os resultados esperados. "Percebemos que os partidos agem só para cumprir a legislação. Não há um incentivo realmente para que essas mulheres sejam candidatas competitivas e consigam chegar lá", reforça Simone.

A questão cultural também desfavorece o segmento, de acordo com Mônica Silva, vereadora de Lajedo, no Agreste Meridional: "Eu acredito que ainda existe uma cultura muito forte de que a mulher foi criada para a vida doméstica, e não para a vida pública". Também relata que existe machismo. "Os homens, os vereadores, não aceitam dividir esse espaço com a gente." Na Câmara de Lajedo, das 13 vagas, três são ocupadas por mulheres.

O universo político é, revelam os números, controlado pelos homens. Na Câmara dos Deputados, a bancada feminina conta com 54 representantes, pouco mais de 10% do total. No Senado, dos 81 parlamentares, 13 são mulheres. Pernambuco tem sete deputadas estaduais, dentre as 49 vagas. Durante seminário realizado na Assembleia sobre o tema, no final do ano passado, a prefeita de São Bento do Una, no Agreste Central, Débora Almeida, destacou que só 27 das 184 prefeituras de Pernambuco são comandadas por gestoras.

Esse contraste vai além dos números e passa pela qualidade do serviço entregue aos cidadãos. É o que defende Rossana Ferreira, vereadora de Toritama, no Agreste Setentrional. "Eu acho que as mulheres são mais verdadeiras, transparentes, têm maior responsabilidade e fazem o trabalho com amor. Essa é a diferença entre a política feminina e o descompromisso do machismo", acredita.

O processo de mudança do atual cenário político, centrado no homem, depende de um esforço conjunto da população feminina, na avaliação da deputada Roberta Arraes (PSB). "Para que a gente possa ter um espaço maior nas esferas de poder amanhã, precisamos ficar juntas, unidas. Existe uma representatividade pequena hoje, em todo o País, mas tenho certeza de que vamos avançar", opina.

Está prevista para março de 2018 a implementação, na Assembleia, da ação afirmativa Mulheres na Tribuna – Adalgisa Cavalcanti, de iniciativa da deputada Simone Santana e estabelecida pela Resolução nº 1.375/2016. O objetivo é contribuir para o engajamento e a formação política de lideranças femininas no Estado. O texto prevê que, uma vez por mês, 25 mulheres, indicadas por parlamentares, visitem a Alepe e assistam a palestras, audiências públicas, reuniões de comissões temáticas e demais expedientes públicos.

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

SOCORRO PIMENTEL

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

TERESA LEITÃO

FOTO: ROBERTO SOARES/ARQUIVO ALEPE

TEREZINHA NUNES

Você pode contribuir com o conteúdo do **Tribuna Parlamentar** enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail **tribunaparlamentar.alepe@gmail.com**. Participe!